



PRÁTICAS INOVADORAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA JOVENS AUTISTAS NO ENSINO SUPERIOR E ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

JUNIOR SÉRGIO MARIM¹

Resumo: o presente estudo tem como objetivo analisar, com base em revisão crítica da literatura recente, como as práticas inovadoras de ensino-aprendizagem voltadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior se articulam às estratégias institucionais de inclusão e competitividade acadêmica. Para isso, foram selecionados e analisados estudos publicados entre 2016 e 2025, com foco nos desafios enfrentados por estudantes autistas, nas metodologias adaptadas utilizadas pelas instituições e nos impactos dessas práticas nos indicadores de qualidade acadêmica e reputação institucional. Os resultados demonstram que a inclusão de estudantes com TEA tem impulsionado transformações pedagógicas significativas, favorecendo ambientes de aprendizagem mais colaborativos, acessíveis e inovadores. Além disso, instituições que assumem a diversidade como valor estratégico tendem a fortalecer sua imagem institucional e a obter melhores resultados em avaliações externas. Observou-se, ainda, que práticas inclusivas exigem articulação entre políticas pedagógicas, formação docente e gestão institucional para serem efetivas. O estudo conclui que a promoção da inclusão no ensino superior representa não apenas uma obrigação legal e ética, mas também um diferencial competitivo, e recomenda o desenvolvimento de novas pesquisas sobre os impactos da inclusão nos currículos universitários e na gestão educacional.

Palavras-chave: Ensino Superior. Autismo. Inclusão. Inovação Pedagógica. Gestão Educacional.

INNOVATIVE TEACHING AND LEARNING PRACTICES FOR AUTISTIC YOUNG PEOPLE IN HIGHER EDUCATION AND COMPETITIVE STRATEGIES OF EDUCATIONAL INSTITUTIONS

Abstract: this study aims to analyze, based on a critical review of recent literature, how innovative teaching-learning practices aimed at students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in higher education are articulated with institutional strategies for inclusion and academic competitiveness. To this end, studies published between 2016 and 2025 were selected and analyzed, focusing on the challenges faced by autistic students, the adapted methodologies employed by institutions, and the impacts of these practices on quality indicators and institutional reputation. The results show that the inclusion of students with ASD has driven significant pedagogical transformations, promoting more collaborative, accessible, and innovative learning environments. Furthermore, institutions that adopt diversity as a strategic value tend to strengthen their public image and achieve better results in external evaluations. It was also observed that inclusive practices require coordination

¹ Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior. Faculdade Fasipe de Rondonópolis. Endereço eletrônico: marimjunior.adv@gmail.com



between pedagogical policies, teacher training, and institutional management to be effective. The study concludes that the promotion of inclusion in higher education represents not only a legal and ethical obligation but also a competitive advantage, and recommends further research on the impacts of inclusion on university curricula and educational management.

Keywords: Higher Education. Autism. Inclusion. Pedagogical Innovation. Educational Management.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das matrículas no ensino superior brasileiro nas últimas décadas trouxe à tona a necessidade de repensar os modos de organização e gestão do ensino universitário frente à diversidade dos perfis estudantis. Entre esses perfis, destaca-se a presença crescente de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja inclusão em ambientes acadêmicos demanda não apenas políticas institucionais de acessibilidade, mas sobretudo a adoção de práticas pedagógicas inovadoras que respeitem suas especificidades cognitivas, comunicacionais e sociais (FERREIRA; NOZI, 2025; SILVA et al., 2020). O Censo 2022 identificou aproximadamente 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com TEA no Brasil, sendo parte significativa desse contingente formada por jovens em idade universitária (IBGE, 2025). Esse dado reforça a urgência de abordagens educacionais que articulem inclusão e qualidade acadêmica.

O ingresso e a permanência de estudantes com TEA nas instituições de ensino superior ainda se apresentam como um desafio multifacetado. Embora haja amparo legal por meio da Lei nº 12.764/2012 e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), o ambiente universitário ainda se mostra, em muitos contextos, pouco preparado para acolher essa diversidade (BRASIL, 2012; BRASIL, 2015). Pesquisas apontam que, mesmo diante do avanço das políticas públicas, há entraves na operacionalização da inclusão, como a escassez de formação docente específica, a ausência de estratégias pedagógicas adaptadas e a limitação no uso de tecnologias assistivas (SILVA; GIVIGI; CAMARGO, 2024; MOURA et al., 2025). Tais dificuldades impactam diretamente a experiência acadêmica dos estudantes autistas e colocam em xeque o compromisso das instituições com a democratização do ensino.

Nesse cenário, surge o interesse em compreender de que modo as práticas pedagógicas inovadoras, em articulação com estratégias institucionais de inclusão, podem não apenas favorecer o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com TEA, mas também contribuir para o fortalecimento da imagem institucional em um ambiente competitivo. A literatura tem evidenciado que instituições que implementam ações inclusivas e tecnologias adaptadas fortalecem sua responsabilidade social e se destacam no cenário educacional (MESQUITA et al., 2020; CALDERÓN; GOMES; BORGES, 2016). Isso aponta para uma conexão entre inclusão e estratégias institucionais, sugerindo que a valorização da diversidade pode representar um diferencial competitivo no setor educacional.

Neste contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar, com base em revisão crítica da literatura recente, como as práticas inovadoras de ensino-aprendizagem voltadas a jovens com TEA no ensino superior se articulam com estratégias institucionais voltadas à inclusão e à competitividade acadêmica. Os objetivos específicos são: a) identificar os principais desafios enfrentados por estudantes autistas no ensino superior; b) mapear



práticas pedagógicas inovadoras adaptadas ao público com TEA; c) examinar os impactos da inclusão nos indicadores de qualidade acadêmica e na gestão institucional; e d) discutir como a promoção da inclusão pode ser compreendida como estratégia de posicionamento competitivo das IES.

A questão norteadora desta pesquisa pode ser formulada nos seguintes termos: de que modo as práticas pedagógicas inovadoras implementadas pelas instituições de ensino superior, voltadas a estudantes com TEA, influenciam a inclusão efetiva e contribuem para o fortalecimento institucional em um ambiente acadêmico competitivo? Ao responder a essa questão, pretende-se ampliar o debate sobre o papel da inovação educacional na concretização de uma universidade inclusiva, sensível às diferenças e orientada pela equidade.

A escolha por abordar esta temática se justifica pela lacuna ainda presente na produção acadêmica nacional no que se refere à integração entre inclusão, inovação pedagógica e gestão estratégica no ensino superior. A maioria dos estudos privilegia análises centradas nas políticas públicas ou nos desafios da permanência acadêmica, sem avançar para uma abordagem que considere a inclusão como parte de um projeto institucional mais amplo, capaz de impactar positivamente os indicadores de qualidade e reputação das universidades (LEONEL et al., 2022; MELO; CONSTANT; FERREIRA, 2023). Desse modo, a presente investigação pretende oferecer uma análise crítica da literatura que permita relacionar tais dimensões de forma integrada.

O escopo da revisão delimita-se à produção científica publicada entre 2016 e 2025, período no qual observou-se um avanço relevante nas discussões sobre inclusão no ensino superior, impulsionado tanto por mudanças legais quanto por transformações pedagógicas associadas ao uso intensivo de tecnologias e metodologias ativas. As abordagens analisadas concentram-se nos desafios enfrentados por jovens autistas no contexto universitário, nas práticas pedagógicas inovadoras e no papel da gestão institucional na promoção da inclusão como valor estratégico.

Com essa abordagem, espera-se não apenas sintetizar o conhecimento disponível sobre o tema, mas também identificar lacunas e tendências que possam orientar futuras pesquisas e práticas educacionais mais sensíveis às necessidades dos estudantes autistas. A análise será estruturada em quatro eixos principais: os desafios da inclusão no ensino superior; as práticas pedagógicas inovadoras; a relação entre inclusão e qualidade acadêmica; e as estratégias institucionais voltadas à competitividade e responsabilidade social.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A crescente produção acadêmica voltada ao TEA no ensino superior reflete um movimento de ampliação das pautas inclusivas nas universidades brasileiras. Estudos realizados ao longo dos últimos anos têm enfatizado a importância de práticas pedagógicas que não apenas garantam o acesso desses estudantes, mas assegurem também sua permanência e desenvolvimento acadêmico com dignidade, autonomia e pertencimento (SILVA; GIVIGI; CAMARGO, 2024; FERREIRA; NOZI, 2025). A análise crítica da literatura permite identificar avanços, impasses e possibilidades relacionadas à presença de jovens autistas nas instituições de ensino superior, ao mesmo tempo em que revela esforços de adaptação pedagógica, uso de tecnologias assistivas e reorganização institucional.

O percurso de estudantes autistas no ensino superior é atravessado por múltiplas barreiras, que vão desde a ausência de capacitação docente até a invisibilidade social e



acadêmica desses sujeitos (IENNE, 2024; MELO; CONSTANT; FERREIRA, 2023). Em resposta a tais desafios, algumas universidades têm experimentado metodologias adaptadas e estratégias de apoio psicossocial, como tutoria especializada, ambientes de aprendizagem flexíveis e abordagens baseadas na escuta ativa. Essas ações, quando inseridas em um projeto institucional mais amplo, contribuem não apenas para a inclusão efetiva, mas também para o fortalecimento da cultura acadêmica comprometida com a equidade (THIELE, 2023; LEONEL et al., 2022).

Diversos estudos, como de Moura et al., (2025), também destacam o papel das metodologias ativas e da inovação pedagógica como instrumentos fundamentais na criação de ambientes de aprendizagem inclusivos. Tais metodologias favorecem a personalização do ensino, respeitando os diferentes modos de percepção, interação e comunicação dos estudantes com TEA (NASCIMENTO et al., 2024). Além disso, o uso de tecnologias assistivas tem se mostrado um recurso importante para a mediação do conteúdo e para a redução das barreiras de participação. A aplicação desses recursos demanda, porém, um planejamento institucional que articule as ações pedagógicas com a formação continuada dos docentes e a gestão inclusiva.

Calderón, Gomes e Borges (2016), também sugerem que práticas inclusivas bem estruturadas não se restringem a atender um grupo específico de estudantes, mas repercutem positivamente em toda a comunidade acadêmica. A ampliação do conceito de qualidade no ensino superior, incorporando a dimensão da inclusão, tem sido objeto de estudos que relacionam diversidade com inovação, engajamento institucional e fortalecimento da imagem das universidades (MESQUITA et al., 2020). Nesse sentido, a inclusão de estudantes com TEA é compreendida não apenas como obrigação legal e ética, mas como parte de uma estratégia institucional que agrega valor acadêmico, social e competitivo.

Com base nessa perspectiva, a análise crítica da produção científica recente busca compreender como diferentes instituições têm enfrentado os desafios da inclusão, que práticas pedagógicas estão sendo implementadas e quais resultados têm sido observados em termos de impacto acadêmico e institucional. A sistematização dessas experiências oferece subsídios para a construção de modelos mais sensíveis à diversidade e mais eficazes na promoção do direito à educação para todos.

2.1 Autismo e Inclusão no Ensino Superior

O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação social e comportamentos repetitivos, que se manifestam de maneira diversa entre os indivíduos. Essas variações tornam o espectro amplo, o que demanda uma abordagem individualizada nas práticas educacionais (SILVA et al., 2020). No contexto do ensino superior, os desafios enfrentados pelos estudantes autistas exigem das instituições ações que contemplem não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso acadêmico, considerando suas especificidades e necessidades.

O acesso de pessoas com TEA às universidades brasileiras tem aumentado gradualmente, impulsionado por políticas de inclusão educacional e pelo reconhecimento legal de seus direitos. A Lei nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reforçando a obrigatoriedade de garantias de inclusão no sistema educacional em todos os níveis (BRASIL, 2012). Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece como dever das instituições de ensino assegurar recursos e serviços de apoio necessários à plena participação dos estudantes com deficiência (BRASIL, 2015).



Mesmo com o respaldo legal, os desafios da inclusão no ensino superior persistem e estão associados a fatores institucionais, pedagógicos e sociais. A literatura evidencia que a ausência de um suporte especializado, a falta de preparo da equipe docente e as barreiras atitudinais são fatores recorrentes que dificultam o processo de inclusão (MELO; CONSTANT; FERREIRA, 2023). A inadequação dos ambientes acadêmicos e a carência de políticas institucionais que reconheçam as especificidades do autismo revelam uma lacuna entre o discurso inclusivo e a prática educacional.

Estudos de caso em universidades públicas brasileiras demonstram que estudantes autistas enfrentam situações de isolamento social, estigmatização e dificuldades em acompanhar o ritmo das atividades acadêmicas, especialmente quando estas não são adaptadas às suas características cognitivas (LEONEL et al., 2022; THIELE, 2023). Essa realidade interfere diretamente na permanência e no rendimento acadêmico, sendo necessária a adoção de estratégias pedagógicas e institucionais que assegurem o acolhimento e a valorização da diversidade.

A formação docente aparece como uma das principais variáveis na construção de práticas inclusivas efetivas. Pesquisas indicam que muitos professores universitários não recebem preparo específico para atuar com estudantes com TEA, o que compromete a identificação de suas demandas e a mediação do processo de aprendizagem (IENNE, 2024; SALES, 2021). A ausência de capacitação também reflete na reprodução de preconceitos e no desconhecimento das potencialidades desses estudantes, reforçando sua exclusão simbólica dentro do ambiente universitário.

Por outro lado, experiências bem-sucedidas de inclusão demonstram que, quando há investimento em formação docente, sensibilização da comunidade acadêmica e oferta de apoio psicopedagógico, os estudantes com TEA conseguem participar ativamente das atividades universitárias e desenvolver trajetórias acadêmicas significativas (NUNES; MARQUES, 2024). Tais iniciativas incluem planos de ensino adaptados, uso de tutores, flexibilização de prazos e estratégias de comunicação alternativa.

A presença de estudantes com TEA também impõe às instituições o desafio de repensar suas estruturas curriculares e administrativas. Nesse sentido, a inclusão ultrapassa a sala de aula e passa a envolver diferentes setores da universidade, como núcleos de acessibilidade, coordenações de curso e serviços de apoio psicológico (MOURA et al., 2025). A transversalidade da temática exige uma gestão institucional sensível e comprometida com a construção de um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo.

De acordo com dados do IBGE (2025), o aumento do número de pessoas com diagnóstico de autismo no Brasil aponta para a necessidade de que as universidades se preparem para atender esse público de forma qualificada. O planejamento institucional precisa considerar não apenas a adaptação de recursos pedagógicos, mas também o desenvolvimento de uma cultura institucional que valorize a diferença como elemento constitutivo da qualidade acadêmica.

Pesquisas com a de Silva, Givigi e Camargo (2024) apontam que a ausência de ações coordenadas pode levar à evasão desses estudantes, que se sentem desmotivados e desamparados no cotidiano acadêmico. Essa evasão representa uma perda não apenas para os sujeitos envolvidos, mas para a própria universidade, que deixa de cumprir seu papel social e perde a oportunidade de enriquecer seus processos de ensino e aprendizagem com a diversidade.

A atuação de núcleos de acessibilidade tem sido uma estratégia adotada por diversas universidades para enfrentar essas lacunas. Esses núcleos oferecem suporte na adaptação de materiais, orientação aos docentes e acompanhamento individualizado dos



estudantes (MELO; CONSTANT; FERREIRA, 2023). No entanto, sua efetividade está diretamente relacionada ao grau de articulação com os demais setores institucionais e à presença de políticas permanentes de inclusão.

Além do suporte institucional, o envolvimento da comunidade acadêmica é fundamental. A inclusão não se realiza de forma isolada, mas requer o engajamento de estudantes, professores, gestores e técnicos em uma construção coletiva de ambientes de aprendizagem mais justos (FERREIRA; NOZI, 2025). A literatura enfatiza que a promoção de uma cultura de acolhimento depende da quebra de estigmas e da valorização das singularidades dos estudantes com TEA.

O reconhecimento das potencialidades dos estudantes autistas também é um aspecto enfatizado na literatura. Muitos apresentam habilidades em áreas como lógica, memória e raciocínio visual, que podem ser favorecidas com metodologias adequadas e acompanhamento pedagógico contínuo (SILVA et al., 2020; NASCIMENTO et al., 2024). A compreensão dessas competências amplia as possibilidades de desenvolvimento acadêmico e reforça a importância de práticas pedagógicas sensíveis à neurodiversidade.

A permanência no ensino superior, para além da adaptação curricular, está ligada ao sentimento de pertencimento e à construção de vínculos sociais. As experiências de exclusão relatadas por estudantes com TEA, como o despreparo de colegas e a ausência de empatia, revelam a importância de ações institucionais que promovam o respeito às diferenças (THIELE, 2023; NUNES; MARQUES, 2024). A inclusão, nesse sentido, é tanto uma questão pedagógica quanto uma questão ética e política.

Calderón, Gomes e Borges (2016) apontam que a inclusão de estudantes com TEA no ensino superior contribui para a ampliação do conceito de excelência acadêmica, que passa a incorporar a equidade como dimensão essencial. A qualidade da educação superior, nesse contexto, está diretamente vinculada à sua capacidade de acolher, apoiar e desenvolver todos os seus estudantes, independentemente de suas condições. Essa perspectiva desafia as instituições a superar modelos tradicionais de ensino e a construir um projeto educacional centrado na justiça social.

2.2 Inovação Pedagógica no Ensino Superior

As inovações pedagógicas no ensino superior vêm sendo discutidas como alternativas à lógica tradicional de ensino centrada na exposição do conteúdo, permitindo a construção de práticas mais colaborativas, significativas e sensíveis à diversidade dos estudantes. Essas práticas ganham relevância especial quando direcionadas a públicos com necessidades educacionais específicas, como é o caso dos jovens com TEA. Segundo Moura et al. (2025), a implementação de metodologias e recursos práticos adaptados ao TEA tem promovido avanços significativos em termos de participação e rendimento acadêmico.

As metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas, projetos e estudos de caso, têm se mostrado eficazes para envolver estudantes com TEA, pois permitem a personalização do processo de aprendizagem e respeitam os diferentes tempos e estilos cognitivos. Em estudo recente, Nascimento et al. (2024) analisaram práticas pedagógicas ativas utilizadas com estudantes autistas, concluindo que tais abordagens contribuem para uma aprendizagem mais autônoma e colaborativa, ao mesmo tempo em que favorecem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

A utilização de tecnologias assistivas, aliada a práticas inovadoras de mediação, constitui uma das estratégias mais promissoras na promoção da inclusão no ensino superior. De acordo com lenne (2024), ferramentas como leitores de tela, softwares de



organização de tarefas e recursos audiovisuais adaptados facilitam a comunicação e a concentração dos estudantes com TEA. O autor destaca que o uso adequado dessas tecnologias depende diretamente do apoio institucional, da formação docente e da disponibilidade de infraestrutura tecnológica apropriada.

Moura et al. (2025) também enfatizam que, para além do uso pontual de recursos tecnológicos, é necessário que haja uma intencionalidade pedagógica inclusiva, baseada no conhecimento das especificidades do autismo. Isso implica na reformulação dos planos de ensino, na adoção de critérios de avaliação mais flexíveis e no estabelecimento de canais de diálogo contínuo entre estudantes, docentes e gestores. A ausência desses elementos compromete a eficácia das inovações e pode acentuar os processos de exclusão.

Experiências documentadas por Nunes e Marques (2024) revelam que a combinação entre metodologias ativas e práticas inclusivas gera resultados positivos tanto para os estudantes com TEA quanto para o ambiente acadêmico em geral. Os autores identificaram casos em que o uso de mapas conceituais, vídeos com legendas, plataformas de apoio remoto e tutorias individualizadas possibilitou uma maior autonomia dos estudantes, além de fortalecer sua autoestima e motivação para o estudo.

Silva, Givigi e Camargo (2024) investigaram as vivências de estudantes autistas no ensino superior e constataram que, quando as estratégias pedagógicas inovadoras estão aliadas a uma postura empática e aberta por parte dos docentes, há uma melhora significativa na interação e na aprendizagem. Segundo os autores, é a escuta atenta das demandas individuais, somada à disposição institucional para transformar suas práticas, que garante a construção de um ambiente acadêmico mais justo e acolhedor.

A perspectiva de inovação não se restringe às ferramentas ou às metodologias, mas também envolve a reformulação do próprio conceito de ensino. Para Thiele (2023), pensar inovação no contexto do ensino superior implica reconhecer que a aprendizagem não ocorre de forma homogênea, e que os processos de ensino precisam ser responsivos às diferentes formas de estar no mundo. No caso de estudantes com TEA, isso significa propor práticas que respeitem os momentos de silêncio, as formas de expressão não verbais e a necessidade de rotinas previsíveis.

Ao analisar dados do INEP, Silva et al. (2020) observaram que a presença de estudantes com TEA em cursos de graduação tem crescido de maneira constante, embora ainda representem um percentual pequeno diante do total de matriculados. Esse crescimento aponta para a urgência da criação de estratégias pedagógicas sustentadas em evidências e voltadas para a permanência desses estudantes com qualidade. Os autores defendem a importância de políticas pedagógicas institucionais que vão além da simples adaptação curricular.

Vieira e Zanon (2023), em um estudo de caso que envolveu uma estudante com TEA e identidade de gênero transexual, destacam a importância das práticas pedagógicas que dialogam com as múltiplas dimensões da subjetividade e da experiência humana. A partir dessa experiência, as autoras sugerem que as metodologias inovadoras devem ser concebidas como parte de uma pedagogia da escuta e do cuidado, que reconhece e valoriza os sujeitos em sua complexidade.

Em pesquisa qualitativa realizada por Ferreira e Nozi (2025), foram mapeadas experiências de inclusão em diferentes instituições brasileiras, revelando que a inovação pedagógica é mais efetiva quando integrada a uma política institucional de inclusão. Os dados mostram que a ausência de diálogo entre as ações pedagógicas e as diretrizes institucionais compromete a efetividade das práticas, gerando esforços pontuais e



desarticulados. Isso reforça a necessidade de um planejamento educacional coletivo, que envolva docentes, técnicos e gestores.

A análise de Mesquita et al. (2020) sobre o desempenho institucional de universidades brasileiras revela que instituições com ações sistematizadas de responsabilidade social e educacional apresentam indicadores mais favoráveis em avaliação externa. Isso inclui não apenas aspectos acadêmicos, mas também reputação institucional e reconhecimento público. Assim, as práticas pedagógicas inovadoras voltadas a estudantes com TEA não apenas promovem a inclusão, mas também fortalecem a imagem institucional.

Calderón, Gomes e Borges (2016) destacam que a inovação pedagógica voltada à inclusão deve estar alinhada com uma concepção ampliada de responsabilidade social universitária. Para os autores, é papel da universidade produzir conhecimento, mas também gerar transformação social por meio de práticas educativas éticas, democráticas e inclusivas. Essa visão reforça que as estratégias pedagógicas devem estar inseridas em um projeto institucional que valorize o compromisso com a diversidade.

A pesquisa de Melo, Constant e Ferreira (2023) sobre o acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior reforça que as mudanças pedagógicas devem vir acompanhadas de ações de apoio institucional e de sensibilização da comunidade universitária. A combinação entre inovação metodológica e suporte institucional é apontada como o fator decisivo para o êxito das estratégias de inclusão, especialmente quando se trata de públicos historicamente invisibilizados.

Leonel et al. (2022), ao investigarem práticas de atendimento educacional especializado no ensino superior, argumentam que o sucesso das inovações pedagógicas está diretamente relacionado à capacidade da instituição de monitorar e avaliar continuamente suas ações. Para os autores, não basta inovar, é preciso garantir que essas inovações estejam alinhadas com os objetivos educacionais inclusivos e com os princípios da equidade.

As pesquisas analisadas permitem concluir que a inovação pedagógica é uma condição indispensável para a efetivação da inclusão no ensino superior. Essa inovação precisa ser sustentada por uma base ética, institucional e pedagógica sólida, que reconheça os estudantes com TEA como sujeitos de direitos e de saberes. O desafio das universidades é, portanto, construir ambientes de aprendizagem que integrem diversidade, criatividade e compromisso social em suas práticas cotidianas.

2.3 A Relação entre Inclusão e Qualidade Acadêmica

A inclusão de estudantes com TEA nas instituições de ensino superior tem implicado em uma redefinição dos parâmetros tradicionais de qualidade acadêmica. A ampliação do acesso a públicos historicamente excluídos exige que as universidades adotem práticas pedagógicas e administrativas capazes de contemplar a diversidade, sem comprometer a excelência do ensino. Pesquisas como a de Ferreira e Nozi (2025) destacam que o fortalecimento das políticas de inclusão tem contribuído para o aprimoramento das estratégias de ensino-aprendizagem, promovendo ganhos não apenas para os estudantes com TEA, mas para toda a comunidade acadêmica.

A concepção de qualidade no ensino superior, antes limitada a indicadores como produtividade científica e desempenho em avaliações externas, passa a incorporar dimensões relacionadas à equidade, à permanência e à participação plena de todos os estudantes. Nessa perspectiva, a inclusão deixa de ser um adendo à política institucional e se torna um elemento constitutivo da qualidade acadêmica. Calderón, Gomes e Borges



(2016) afirmam que as instituições que se comprometem com a responsabilidade social por meio de ações inclusivas tendem a alcançar melhor desempenho institucional, o que evidencia a interdependência entre inclusão e qualidade.

As práticas inclusivas, quando integradas a um projeto pedagógico consistente, impactam diretamente os processos de ensino-aprendizagem. Estudos de Moura et al. (2025) mostram que a implementação de metodologias adaptadas ao perfil dos estudantes com TEA estimula a inovação nas salas de aula, favorecendo a aprendizagem colaborativa, a empatia e o respeito à pluralidade de modos de aprender. A presença de estudantes com necessidades específicas desafia os docentes a repensarem suas práticas e amplia as possibilidades de criação de ambientes mais dinâmicos e acolhedores.

Além dos ganhos pedagógicos, os efeitos da inclusão também se refletem nos indicadores institucionais. Mesquita et al. (2020) identificaram que universidades que adotam políticas inclusivas sistematizadas apresentam melhores resultados em rankings e avaliações externas, reforçando sua imagem pública e sua atratividade frente ao mercado educacional. Isso se deve, em parte, à valorização crescente da responsabilidade social como critério de reconhecimento institucional, o que coloca a inclusão como componente estratégico da gestão universitária.

A diversidade de perfis estudantis, ao invés de representar um obstáculo à qualidade, tem sido apontada como fator de inovação acadêmica. De acordo com Nascimento et al. (2024), a presença de estudantes com TEA nas universidades tem impulsionado o uso de metodologias ativas e o desenvolvimento de recursos didáticos mais acessíveis, beneficiando inclusive os estudantes neurotípicos. Essa transformação pedagógica se traduz em ambientes de aprendizagem mais sensíveis, adaptativos e criativos, nos quais a inclusão se torna catalisadora de inovação.

A relação entre diversidade e inovação acadêmica tem se mostrado cada vez mais evidente nas experiências relatadas na literatura recente. lenne (2024) defende que o contato com estudantes com TEA possibilita o desenvolvimento de uma pedagogia mais sensível às diferenças, abrindo espaço para a personalização do ensino e a construção de novas formas de mediação do conhecimento. Essa diversidade, ao ser acolhida institucionalmente, impulsiona transformações curriculares e metodológicas que favorecem todos os estudantes, independentemente de suas condições.

A atuação dos núcleos de acessibilidade e a formação continuada dos docentes têm sido apontadas como medidas indispensáveis para consolidar a inclusão como vetor de qualificação acadêmica (MESQUITA et al., 2020). Em estudo realizado por Melo, Constant e Ferreira (2023), observou-se que as universidades que investem na articulação entre apoio pedagógico, capacitação docente e escuta das demandas estudantis conseguem melhorar seus índices de permanência e reduzir a evasão. Esses indicadores são essenciais para a avaliação de qualidade no ensino superior e revelam o impacto direto das práticas inclusivas no desempenho institucional.

Para além dos dados quantitativos, as experiências vividas por estudantes com TEA revelam a importância da inclusão para a construção de um ambiente universitário mais justo e participativo. Quando há estratégias pedagógicas ajustadas e apoio institucional efetivo, os estudantes com autismo demonstram engajamento, evolução acadêmica e desenvolvimento de vínculos sociais. Essas condições não apenas contribuem para o sucesso individual, mas também fortalecem a cultura institucional de acolhimento e pertencimento (SILVA; GIVIGI; CAMARGO, 2024).

Leonel et al. (2022) evidencia que, as ações inclusivas não se limitam ao campo pedagógico, mas atravessam todas as esferas da vida universitária. A permanência de



estudantes com TEA está relacionada à existência de uma rede de apoio integrada, que envolve setores administrativos, coordenações de curso e serviços especializados. Essa articulação intersetorial, ao funcionar de forma eficiente, impacta positivamente a qualidade acadêmica, pois promove um ambiente estável e responsivo às necessidades dos estudantes.

Assim, a inclusão no ensino superior deve ser compreendida como um processo contínuo de aprimoramento institucional, no qual o compromisso com a diversidade se reflete em políticas, práticas e indicadores de qualidade. Oliveira et al. (2025) argumentam que uma sociedade justa e igualitária começa a ser construída nas instituições educativas, sendo a inclusão um valor que fortalece a missão social da universidade. Assim, garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com TEA não é apenas uma exigência legal, mas um caminho estratégico para a excelência acadêmica e a inovação educacional.

2.4 Estratégias Competitivas e Diferenciais Institucionais

A consolidação de estratégias competitivas no ensino superior tem levado as instituições a ampliarem seu compromisso com a inclusão como parte de seu posicionamento institucional. De acordo com Mesquita et al. (2020), universidades que desenvolvem ações voltadas à responsabilidade social e à diversidade tendem a obter maior reconhecimento público, além de resultados positivos em avaliações externas. A presença de políticas inclusivas estruturadas colabora para a construção de uma identidade institucional que valoriza o acesso, a permanência e o sucesso de todos os estudantes, inclusive daqueles com TEA.

A gestão da inclusão como diferencial competitivo também é destacada por Calderón, Gomes e Borges (2016), que apontam o crescimento da valorização de práticas educacionais alinhadas à justiça social e à equidade. Nessa perspectiva, a inclusão de estudantes com TEA ultrapassa o cumprimento da legislação vigente e passa a integrar os critérios de avaliação da qualidade institucional. A responsabilidade social universitária, ao ser incorporada aos processos decisórios e estratégicos, fortalece a reputação da instituição e amplia seu alcance junto à sociedade.

Ferreira e Nozi (2025) evidenciam que práticas institucionais direcionadas ao acolhimento de estudantes autistas, como planos de ensino adaptados, suporte psicopedagógico e ações de sensibilização da comunidade acadêmica, promovem mudanças estruturais nas universidades. Tais transformações não apenas asseguram o direito à educação, mas contribuem diretamente para a construção de um ambiente inovador, com ganhos pedagógicos e organizacionais. As estratégias inclusivas, nesse caso, funcionam como elementos integradores da excelência acadêmica e da responsabilidade institucional.

Estudo de Melo, Constant e Ferreira (2023) demonstra que o sucesso das ações voltadas à inclusão depende do comprometimento da gestão universitária com a permanência de estudantes com deficiência. As universidades analisadas que obtiveram melhores resultados investiram na formação docente, na atuação articulada dos núcleos de acessibilidade e em políticas contínuas de escuta e acompanhamento. Essas iniciativas foram associadas a menores índices de evasão e a maior engajamento institucional, confirmando a eficácia da inclusão como estratégia de fortalecimento institucional.

As experiências relatadas por Nunes e Marques (2024) reforçam que ações pontuais, quando integradas à política institucional, também se configuram como diferenciais importantes. A presença de tutores, a flexibilização de prazos e o uso de recursos pedagógicos acessíveis, somados à escuta ativa dos estudantes, resultaram em ambientes



mais acolhedores e propícios ao desenvolvimento acadêmico. Tais estratégias, quando articuladas com a missão da universidade, ampliam sua competitividade ao demonstrar um compromisso concreto com a diversidade e a inovação.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada consiste em uma revisão crítica da literatura, com base em estudos indexados em bases científicas como SciELO, Redalyc, DOAJ, Periódicos CAPES e revistas especializadas com acesso aberto e revisão por pares. Os critérios de inclusão envolveram: i) estudos publicados entre 2016 e 2025; ii) textos em português; iii) recorte temático sobre autismo e ensino superior, práticas pedagógicas inclusivas e gestão educacional. Foram selecionadas publicações com abordagens qualitativas, estudos de caso, ensaios teóricos e artigos de revisão, com especial atenção à vinculação entre os aspectos pedagógicos, institucionais e sociais da inclusão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos selecionados revela convergências importantes quanto à compreensão da inclusão de estudantes com TEA como um desafio ainda em processo de consolidação no ensino superior brasileiro. A maioria dos autores consultados aponta a necessidade urgente de políticas institucionais que garantam o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes, evidenciando que a presença de estudantes com TEA exige mudanças estruturais nas práticas pedagógicas e na cultura universitária (FERREIRA; NOZI, 2025; MELO; CONSTANT; FERREIRA, 2023).

Uma das principais convergências está na defesa do papel das metodologias ativas e da personalização do ensino como recursos fundamentais para viabilizar a aprendizagem dos estudantes autistas. Nascimento et al. (2024) e Moura et al. (2025) destacam que práticas como o uso de mapas conceituais, tutoria individualizada e mediações visuais favorecem a autonomia e o engajamento acadêmico. Esse ponto também é reforçado por Silva, Givigi e Camargo (2024), que indicam que a escuta sensível e a adaptação das estratégias didáticas contribuem diretamente para a permanência dos estudantes no curso.

Outro ponto de consenso é a importância dos núcleos de acessibilidade como mediadores do processo de inclusão. Melo, Constant e Ferreira (2023) e Leonel et al. (2022) demonstram que, quando há articulação entre os núcleos, a coordenação de curso e os docentes, é possível estabelecer um suporte mais eficaz e contínuo para os estudantes com TEA. Essas ações impactam de maneira positiva não apenas na aprendizagem individual, mas na cultura institucional como um todo.

A literatura também converge ao reconhecer que a formação docente específica é insuficiente, sendo essa uma barreira estrutural para a inclusão plena. lenne (2024) e Sales (2021) alertam que muitos professores universitários não recebem preparo adequado para lidar com estudantes com necessidades específicas, o que gera insegurança pedagógica, reprodução de preconceitos e falhas na mediação do conteúdo. A ausência de políticas permanentes de capacitação aparece como um entrave recorrente entre os estudos analisados.

As pesquisas analisadas mostram uma convergência em torno da ideia de que a inclusão deve ser compreendida como parte do conceito ampliado de qualidade acadêmica.



Calderón, Gomes e Borges (2016) e Mesquita et al. (2020) defendem que o compromisso com a diversidade e com a justiça social fortalece os indicadores institucionais e projeta as universidades no cenário educacional, ampliando sua relevância pública e seu diferencial competitivo.

No entanto, apesar dos avanços teóricos e das experiências bem documentadas, os estudos também apresentam divergências significativas quanto à abordagem da inclusão nas instituições públicas e privadas. Enquanto alguns autores, como Nunes e Marques (2024), relatam experiências positivas e estruturadas em universidades privadas com forte viés humanista, outros, como Silva et al. (2020), apontam a fragilidade das políticas inclusivas mesmo em instituições públicas consolidadas. Essa disparidade revela que o compromisso institucional com a inclusão não está necessariamente atrelado à natureza jurídica da instituição.

Há também divergência quanto à efetividade das políticas públicas. Embora as leis nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015 sejam amplamente reconhecidas nos estudos (BRASIL, 2012; BRASIL, 2015), alguns autores como Vieira e Zanon (2023) argumentam que a regulamentação legal, por si só, não garante a inclusão efetiva, sendo necessário um acompanhamento contínuo e mecanismos de responsabilização institucional. Já autores como Oliveira et al. (2025) consideram que a legislação atual representa um avanço importante e tem impulsionado ações significativas nas universidades.

No campo das práticas pedagógicas, há divergências quanto à intensidade do uso de tecnologias assistivas. Enquanto lenne (2024) defende que o uso constante de recursos tecnológicos adaptados é indispensável para o progresso dos estudantes com TEA, autores como Nascimento et al. (2024) sugerem que tais tecnologias devem ser empregadas com moderação, sempre aliadas à mediação humana, para que não substituam o vínculo interpessoal necessário à aprendizagem.

O modelo de avaliação aplicado aos estudantes autistas, fpo uma outra divergência observada. Ferreira e Nozi (2025) argumentam que a flexibilização de prazos e critérios de avaliação deve ser institucionalizada para atender às singularidades desses estudantes. Em contrapartida, Thiele (2023) aponta que a adoção de critérios diferenciados ainda é vista com resistência por parte de alguns docentes, que alegam comprometimento da isonomia acadêmica. Essa tensão evidencia a necessidade de um debate mais amplo sobre avaliação inclusiva e justiça curricular.

As divergências também aparecem no que se refere à participação dos estudantes com TEA na vida universitária para além da sala de aula. Silva, Givigi e Camargo (2024) relatam que os estudantes autistas ainda enfrentam barreiras sociais e atitudinais no cotidiano universitário, o que dificulta sua integração em atividades extracurriculares, centros acadêmicos e fóruns estudantis. Em contrapartida, experiências positivas relatadas por Nunes e Marques (2024) indicam que, com suporte adequado, esses estudantes conseguem se engajar de maneira ativa e produtiva em diferentes espaços institucionais.

Ao analisar os estudos, é possível perceber lacunas teóricas relacionadas à discussão sobre os efeitos da inclusão no currículo universitário. Poucos trabalhos aprofundam o impacto da presença de estudantes com TEA nas diretrizes curriculares dos cursos. As pesquisas focam majoritariamente nas estratégias de ensino, sem discutir de forma mais ampla a reformulação curricular necessária para consolidar uma universidade inclusiva em sua estrutura pedagógica (LEONEL et al., 2022; VIEIRA; ZANON, 2023).

Além disso, observa-se uma limitação metodológica importante: a escassez de estudos quantitativos sobre os impactos da inclusão de estudantes com TEA nos indicadores institucionais de desempenho. A maioria das produções analisadas baseia-se



em relatos de caso e abordagens qualitativas. Embora ricas em detalhes, essas abordagens não permitem inferências mais amplas sobre a realidade nacional. Mesquita et al. (2020) apontam essa lacuna e sugerem a necessidade de pesquisas que articulem os dados qualitativos às estatísticas institucionais.

Uma lacuna recorrente refere-se à ausência de pesquisas focadas na experiência dos gestores universitários frente à inclusão de estudantes autistas. A maior parte dos estudos privilegia as percepções dos estudantes ou dos docentes, deixando de lado a análise das decisões administrativas e das políticas de planejamento estratégico voltadas à diversidade. Diante da importância da gestão para a efetivação de mudanças estruturais, essa ausência revela um ponto a ser explorado por novas investigações (MELO; CONSTANT; FERREIRA, 2023).

Apesar das lacunas, tendências emergentes são visíveis nos estudos mais recentes. Uma delas é o fortalecimento do entendimento de que a inclusão e a inovação pedagógica são dimensões interdependentes. Moura et al. (2025) demonstram que as práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com TEA têm repercutido na reformulação dos ambientes de ensino-aprendizagem, tornando-os mais flexíveis, empáticos e colaborativos. Essa transformação beneficia não apenas os estudantes com deficiência, mas toda a comunidade acadêmica.

Outra tendência observada é a valorização do protagonismo estudantil. Nascimento et al. (2024) e Silva, Givigi e Camargo (2024) destacam o aumento do engajamento dos próprios estudantes com TEA na defesa de seus direitos e na proposição de melhorias institucionais. Essa atuação tem levado algumas universidades a reverem seus canais de escuta e a instituírem comissões e conselhos de diversidade, criando espaços de participação mais democráticos.

Por fim, destaca-se como caminho promissor a integração entre ações pedagógicas e gestão institucional. Ferreira e Nozi (2025) e lenne (2024) apontam que, quando as práticas docentes são articuladas com um projeto institucional inclusivo, os resultados são mais consistentes e sustentáveis. A tendência é que universidades deixem de atuar de maneira fragmentada e passem a adotar modelos de planejamento estratégico que incorporem a inclusão como um eixo transversal das políticas acadêmicas e administrativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura permitiu confirmar que há uma relação direta e transformadora entre práticas pedagógicas inovadoras, estratégias institucionais de inclusão e posicionamento competitivo das instituições de ensino superior. A presença de estudantes com TEA nos ambientes universitários tem impulsionado a adoção de metodologias mais flexíveis e sensíveis à diversidade, contribuindo para uma reconfiguração das concepções de qualidade acadêmica. Autores como Ferreira e Nozi (2025) e Moura et al. (2025) demonstram que a inclusão não apenas responde a uma demanda ética e legal, mas também potencializa o ambiente de aprendizagem ao estimular novas formas de ensinar e aprender.

Ao longo deste estudo, foi possível observar que universidades que articulam inovação e inclusão por meio de ações sistematizadas tendem a obter resultados mais expressivos em indicadores institucionais como permanência, engajamento estudantil e reputação acadêmica (MESQUITA et al., 2020; CALDERÓN; GOMES; BORGES, 2016). Esse dado confirma a hipótese central da pesquisa, segundo a qual a promoção da inclusão



de estudantes autistas representa um diferencial competitivo relevante no atual cenário do ensino superior. Assim, responder à diversidade não compromete a excelência acadêmica; ao contrário, amplia sua potência formativa e social.

Em relação à problemática proposta — de que modo as práticas pedagógicas inovadoras implementadas pelas instituições de ensino superior, voltadas a estudantes com TEA, influenciam a inclusão efetiva e contribuem para o fortalecimento institucional —, os resultados apontam que tais práticas são mais eficazes quando integradas a uma política institucional articulada. A literatura analisada mostra que esforços isolados tendem a produzir impactos limitados, enquanto ações alinhadas entre docentes, gestores e núcleos de acessibilidade geram transformações duradouras e reconhecidas (MELO; CONSTANT; FERREIRA, 2023; NUNES; MARQUES, 2024).

As implicações práticas deste estudo para as instituições de ensino superior envolvem, primeiramente, o investimento na formação docente continuada voltada à inclusão e ao uso de tecnologias assistivas. Além disso, é essencial que as universidades desenvolvam políticas permanentes de escuta e acompanhamento dos estudantes com TEA, assegurando condições para sua permanência com autonomia e bem-estar. A inclusão, nesse sentido, deve ser pensada como um compromisso de toda a estrutura universitária, do planejamento pedagógico à gestão estratégica (IENNE, 2024; SILVA; GIVIGI; CAMARGO, 2024).

Para futuras pesquisas, recomenda-se o aprofundamento de estudos que articulem dados quantitativos e qualitativos sobre os efeitos da inclusão nos indicadores institucionais. Também se mostram relevantes investigações focadas na experiência dos gestores universitários na implementação de políticas inclusivas, bem como na análise das interações entre estudantes com TEA e os espaços de participação acadêmica e social. Essas abordagens podem contribuir para o fortalecimento de um modelo universitário mais justo, plural e comprometido com a equidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 jul. 2025.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GOMES, Cleber Fernando; BORGES, Regilson Maciel. Responsabilidade social da educação superior: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1990-2011). **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 837-860, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9BLqTf5DT3ppdfRr3Kn4FXN/>. Acesso em: 16 jul. 2025.



FERREIRA, Jessica Moura; NOZI, Gislaine Semcovici. **A inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior:** um retrato dessa temática no cenário acadêmico. *Momento - Diálogos em Educação*, v. 34, n. 2, 2025. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/17229>. Acesso em: 16 jul. 2025.

IENNE, Vanderlei. Autismo no ensino superior: estratégias e metodologias para integração acadêmica e social de estudantes com necessidades especiais. **Revista Ubiquidade**, v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaUbiquidade/article/download/2167/1849/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

IBGE. Censo 2022 identifica 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil. *Agência de Notícias*, 23 maio 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil>. Acesso em: 16 jul. 2025.

LEONEL, Ana Paula da Silva et al. **Atendimento educacional especializado e Transtorno do Espectro Autista no ensino superior:** estudos de caso em universidade pública no Paraná. *Educere et Educare*, [S. l.], v. 17, n. 43, p. 372–392, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/29665>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MELO, Sandra Cordeiro de; CONSTANT, Elaine; FERREIRA, Adriana Teixeira. Acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior. **Revista Teias**, v. 24, n. 73, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2024.74128>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MESQUITA, Rafael Fernandes de et al. **Divulgação da responsabilidade social e desempenho de universidades brasileiras.** *Gestão e Desenvolvimento*, v. 17, n. 1, p. 70-86, 2020. Universidade Feevale. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5142/514262385007/html/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MOURA, Cleberson Cordeiro de et al. **Inclusão de alunos com TEA:** metodologias e recursos práticos. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 1, e7373, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv17n1-143>. Acesso em: 16 jul. 2025.

NASCIMENTO, Juliana Alves do et al. O uso de metodologias ativas para o ensino de estudantes com Transtorno do Espectro Autista: análises, desafios e perspectivas. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 10, p. 1-20, 2024. ISSN 2447-0961. Disponível em: <https://doi.org/10.56083/RCV4N10-036>. Acesso em: 16 jul. 2025.

NUNES, Lorena de Almeida Cavalcante Brandão; MARQUES, Jaqueline Ferreira. **Práticas inclusivas junto a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior:** realidade, desafios e práticas exitosas. *Caminhos da Educação: diálogos culturas e diversidades*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–13, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/5111>. Acesso em: 16 jul. 2025.



OLIVEIRA, Ana Ferreira da Silva et al. **A importância da educação inclusiva para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.** Lumen et Virtus, São José dos Pinhais, v. XVI, n. XLVI, p. 2059-2073, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/levv16n46-033>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SALES, Jefferson Falcão. **Avaliação da aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo no Ensino Superior:** estudo de caso na Universidade Federal do Ceará. 2021. 133 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58078>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVA, Giovanna Santos da; GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento; CAMARGO, Erica Daiane Ferreira. Vivências de alunos autistas no Ensino Superior: acesso, permanência e inclusão. **Revista Educação Especial**, v. 37, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/88635>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVA, Solange Cristina da et al. **Estudantes com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior:** analisando dados do INEP. Psicologia Escolar e Educacional, v. 24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217618>. Acesso em: 16 jul. 2025.

THIELE, Leia Marcia Arruda. **Autismo e ensino superior.** Unificando Saberes, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 20–31, 2023. Disponível em: <https://revistas.unifio.br/psicologia/article/view/1462>.

VIEIRA, Bárbara Battistotti; ZANON, Regina Basso. Políticas públicas para inclusão no ensino superior: relato de uma experiência com uma estudante transexual e com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 3, p. 1283-1299, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-70013>. Acesso em: 16 jul. 2025.